



Instruções

- 1 - Você está recebendo o seguinte material:
- este caderno com o enunciado das **questões discursivas**, das questões de **interpretação e análise de texto**, das questões **objetivas**, e das questões relativas às suas **impressões sobre a prova**, assim distribuídas:

Partes	Questões	Páginas	Peso de cada parte
Questão discursiva	01 ou 02 *	02	25%
Rascunho da questão discursiva	01 ou 02	02	
Questões de interpretação e análise de textos	01 a 05	03 e 04	25%
Rascunho das questões de interpretação e análise de textos	01 a 05	03 e 04	
Questões objetivas	01 a 40	05 a 11	50%
Impressões sobre a prova	41 a 56	12	

* Dentre as 2 questões propostas responda somente 1.

- 1 Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas e de impressões sobre a prova. O desenvolvimento e as respostas das questões discursivas deverão ser feitos a caneta esferográfica de tinta preta e dispostos nos espaços especificados.
- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome na Folha de Respostas está correto. Caso contrário, notifique imediatamente a um dos Responsáveis pela sala.
 - Após a conferência do seu nome na Folha de Respostas, você deverá assiná-lo no espaço próprio, utilizando caneta esferográfica de tinta preta, e imediatamente após, deverá assinalar, também no espaço próprio, o número correspondente à sua prova ① ② ③ ou ④.
Deixar de assinalar o gabarito implica anulação da parte objetiva da prova.
 - Na Folha de Respostas, a marcação das letras correspondentes às respostas assinaladas por você para as questões objetivas (apenas uma resposta por questão), deve ser feita preenchendo todo o alvéolo a lápis preto nº2 ou a caneta esferográfica de tinta preta, com um traço contínuo e denso.
Exemplo:
 A B C D E
 - Tenha cuidado com a Folha de Respostas, para não a dobrar, amassar ou manchar.
 - Esta prova é individual, sendo vedada qualquer comunicação.
 - Será permitida consulta bibliográfica livre, sem possibilidade de troca de material entre os alunos durante a prova.
 - Quando terminar, entregue a um dos Responsáveis pela sala a Folha de Respostas e assine a Lista de Presença. Cabe esclarecer que nenhum graduando deverá retirar-se da sala antes de decorridos 90 (noventa) minutos do início do Exame.

ATENÇÃO:

Você poderá retirar o boletim com seu desempenho individual pela Internet, mediante a utilização de uma senha pessoal e intransferível, **a partir de novembro**. A sua senha é o número de código que aparece **no lado superior direito da Folha de Respostas da Prova Objetiva**. Guarde bem esse número, que lhe permitirá conhecer o seu desempenho. Caso você não tenha condições de acesso à Internet, solicite o boletim ao Inep no endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo II, Sala 411 - Brasília/DF - CEP 70047-900, juntando à solicitação uma fotocópia de seu documento de identidade.

- Você terá 4 (quatro) horas para responder às questões objetivas, discursivas e de impressões sobre a prova.

OBRIGADO PELA PARTICIPAÇÃO!

**CADERNO
DE
QUESTÕES**

DIREITO

2ª PARTE

Atenção:

– Valor de cada questão de interpretação e análise de texto: 10 pontos.

Questão 1

“(Estácio:) Eu creio que um homem forte, moço e inteligente não tem o direito de cair na penúria.

(Salvador:) Sua observação, disse o dono da casa sorrindo, traz o sabor do chocolate que o senhor bebeu naturalmente esta manhã, antes de sair para a caça. Presumo que é rico. Na abundância é impossível compreender as lutas da miséria, e a máxima de que todo homem pode, com esforço, chegar ao mesmo brilhante resultado, há de sempre parecer uma grande verdade à pessoa que estiver trinchando um peru... Pois não é assim; há exceções. Nas coisas deste mundo não é tão livre o homem, como supõe, e uma coisa, a que uns chamam mau fado, outros concurso de circunstâncias, e que nós batizamos com o genuíno nome brasileiro de caiporismo, impede a alguns ver o fruto de seus mais hercúleos esforços. César e sua fortuna! toda a sabedoria humana está contida nestas quatro palavras.” (Machado de Assis. **Helena**. Rio de Janeiro: W.M. Jackson Inc. Editores, 1962. cap. XXI: p. 221)

Identifique a convergência ou divergência do pensamento do personagem Salvador ao ideário que inspira o Estado liberal, no tocante à garantia de igualdade perante a lei e de liberdade de agir, como condicionantes do sucesso individual.

Questão 2

"Já que, num Estado livre, todo homem que supõe ter uma alma livre deve governar a si próprio, é necessário que o povo, no seu conjunto, possua o poder legislativo. Mas como isso é impossível nos grandes Estados, e sendo sujeito a muitos inconvenientes nos pequenos, é preciso que o povo, através de seus representantes, faça tudo o que não pode fazer por si mesmo.

.....
A grande vantagem dos representantes é que são capazes de discutir os negócios públicos. O povo não é, de modo algum, capaz disso, fato que constitui um dos graves inconvenientes da democracia.

.....
Havia um grande vício na maior parte das antigas repúblicas, pois nelas o povo tinha direito de tomar resoluções ativas que exigem certa execução, coisa de que é inteiramente incapaz. Ele só deve participar do governo para escolher seus representantes, procedimento para o qual é bastante capaz." (MONTESQUIEU. **O Espírito das leis**. Brasília: UNB, 1982. p.189-190)

"Pela mesma razão que a soberania é inalienável, é indivisível, porque a vontade é ou não geral: é a de todo o povo ou a de uma parte dele. No primeiro caso, esta vontade declarada é um ato de soberania e faz lei, no segundo, é simplesmente uma vontade particular, um ato de magistratura ou, quando muito, um decreto.

.....
A soberania não pode ser representada, pela mesma razão que não pode ser alheia. Consiste essencialmente na vontade geral, e esta vontade não se representa. É a mesma ou é outra, e nisto não há termo médio. Os deputados do povo não são pois, nem podem ser, seus representantes, são simplesmente seus comissários que não estão aptos a concluir definitivamente. Toda lei que o povo pessoalmente não ratificou é nula e não é uma lei." (ROUSSEAU, J.J. **O Contrato social**: princípios de direito político. 5. ed. São Paulo: Edições e Publicações Brasil Editora, 1958. p. 36 e 111)

Comente as diferenças no posicionamento dos autores sobre a representação política e sobre o exercício do poder pelo povo e pelos representantes.

Questão 3

No diálogo de Platão (**Político, 294 a**) encontra-se a seguinte discussão entre o Estrangeiro e Sócrates, o *Jovem*:

"Estrangeiro: Ora, é claro que, de certo modo, a legislação é função real; entretanto o mais importante não é dar força às leis, mas ao homem real, dotado de prudência. Sabes por que?

Sócrates, o *Jovem*: Qual é a tua explicação?

Estrangeiro: É que a lei jamais seria capaz de estabelecer, ao mesmo tempo, o melhor e o mais justo para todos, de modo a ordenar as prescrições mais convenientes. A diversidade que há entre os homens e as ações, e por assim dizer, a permanente instabilidade das coisas humanas, não admite em nenhuma arte, e em assunto algum, um absoluto que valha para todos os casos e para todos os tempos. Creio que estamos de acordo sobre esse ponto.

Sócrates, o *Jovem*: Sem dúvida".

A partir do argumento do Estrangeiro, discuta o papel e o alcance da lei ao regular a ação humana.

Questão 4

Enunciado nº 289 do Tribunal Superior do Trabalho:

"Insalubridade. Adicional. Fornecimento do Aparelho de Proteção. Efeito. O simples fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador não o exime do pagamento do adicional de insalubridade, cabendo-lhe tomar as medidas que conduzam à diminuição ou eliminação da nocividade, dentre as quais as relativas ao uso efetivo do equipamento pelo empregado." (RES. TST nº 22/88, de 17-03-88, DJ 24,25 e 28-03-88).

Sabendo-se que o uso efetivo do equipamento de proteção individual beneficia o empregado, indique as razões por que é responsabilizado o empregador pela fiscalização do uso deste equipamento.

Questão 5

"NOTA PROMISSÓRIA. Locação. Caução. Ônus da prova. A nota promissória vinculada a contrato de locação perde a sua abstração. Tendo os autores provado os fatos alegados na petição inicial, sobre a natureza do relacionamento mantido com o réu, que seria unicamente derivado da locação, cabia a este explicitar as outras "várias transações comerciais" que originaram a dívida de significativo valor expressa nos títulos. Recurso conhecido e provido." (STJ, RESP 298499-SP (2000/0147197-0) 4ª Turma, Relator: Min. Ruy Rosado de Aguiar, V.U. em 07/08/2001; publicado no DJ em 24/09/2001, p. 312)

Extraia da ementa transcrita a razão jurídica pela qual um título de crédito na situação da nota promissória acima perde seu caráter abstrato e esclareça as conseqüências do fato para a defesa do devedor.

3ª PARTE

1. O modelo de Estado configurado no século XVIII, sob influência da filosofia iluminista, caracteriza-se
- (A) pela preocupação precípua com os direitos sociais.
 - (B) pelo intervencionismo nas relações econômicas.
 - (C) pela concepção individualista da liberdade.
 - (D) pela valorização da igualdade material.
 - (E) pelo associativismo na execução de políticas públicas.

2. O Direito Internacional dos Direitos Humanos, expressando a consciência global de proteção à dignidade da pessoa humana, ganhou relevância em
- (A) 1648, com a Paz de Westfália, que selou o fim das disputas territoriais européias, com o término da Guerra dos 30 anos, permitindo a formação do Estado Moderno.
 - (B) 1945, com a Carta de São Francisco, que instituiu a Organização das Nações Unidas (ONU) e incluiu na agenda internacional o diálogo consensual entre as nações sobre os direitos fundamentais.
 - (C) 1969, com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, que tornou textuais os direitos fundamentais.
 - (D) 1989, com a queda do Muro de Berlim, que consolidou o fim da Guerra Fria, dando lugar à paz entre os Estados.
 - (E) 1998, com a criação do Tribunal Penal Internacional, que deu caráter permanente à jurisdição penal internacional por crimes relacionados em seu Estatuto, inclusive os crimes contra a humanidade.

3. Existe doutrina sobre direitos fundamentais sustentando que, na ocorrência de um conflito de direitos, há necessidade de se construir uma solução com base na harmonização e que, caso seja necessário que um direito prevaleça sobre outro, essa prevalência se defina em face das circunstâncias concretas. É coerente com esse posicionamento afirmar-se
- (A) que se deve procurar conferir a maior eficácia possível às normas acerca dos direitos fundamentais, aplicando-as por meio da ponderação de interesses, de acordo com o contexto jurídico e a situação fática.
 - (B) que é vedado ao Poder Judiciário definir, no caso concreto, que um direito fundamental prevaleça sobre outro, exceto quando houver critério para essa prevalência expressamente definido na Constituição.
 - (C) que, havendo conflito de direitos, uma das normas envolvidas será considerada tacitamente revogada.
 - (D) ser possível extrair do ordenamento jurídico, em tese, uma gradação hierárquica entre direitos fundamentais, o que ocorre expressamente na Constituição brasileira.
 - (E) haver inconstitucionalidades intrínsecas nas próprias normas da Constituição, o que se evidencia quando duas normas definidoras de direitos fundamentais entram em conflito, devendo uma delas prevalecer.

4. “O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político.” Esta afirmação de Norberto Bobbio repercute profundamente na discussão sobre o tema dos direitos humanos e justifica-se porque
- (A) o tema dos direitos humanos se encontra ausente do constitucionalismo contemporâneo.
 - (B) os direitos humanos não estão positivados.
 - (C) a afirmação histórica desses direitos se iniciou apenas no final do século XX.
 - (D) o tema dos direitos humanos não deve ser discutido ou justificado pela Filosofia do Direito ou mesmo pela Sociologia do Direito.
 - (E) existe uma preocupação com a crise de efetividade que compromete a concretização desses direitos.

5. Das asserções abaixo relacionadas, é verdadeira a que afirma:
- (A) uma lei especial revoga uma lei geral, e uma lei inferior posterior revoga uma lei superior anterior.
 - (B) o juiz não está autorizado, em hipótese alguma, a julgar sem se basear em dispositivo expresso de lei no direito brasileiro.
 - (C) a norma hipotética fundamental de um Estado é a Constituição positivada, de acordo com Hans Kelsen.
 - (D) a analogia e a equidade são formas de integração do direito.
 - (E) toda vez em que há interpretação de uma norma jurídica, necessariamente há aplicação do Direito a um caso concreto.

6. Quando a Sociologia Jurídica tematiza a questão da burocratização dos tribunais, enfatizando que a forma e o procedimento estão acima da eficácia dos direitos humanos e sociais, expressa uma preocupação com
- (A) o rigor que o magistrado deve necessariamente possuir ao interpretar com literalidade os textos de lei, para produzir segurança e certeza jurídicas.
 - (B) o controle externo da magistratura, que seria a solução única e definitiva para as dificuldades da justiça brasileira.
 - (C) o papel social do Judiciário na garantia de acesso à justiça e de afirmação dos direitos humanos.
 - (D) as ameaças à justiça brasileira pelo crime organizado.
 - (E) as dificuldades de aplicação da legislação esparsa do direito brasileiro.

<p>7. O cumprimento e o descumprimento da função social da propriedade produzem conseqüências relevantes no que respeita à desapropriação de imóveis urbanos e rurais. Assim é que</p> <p>(A) ressalvadas as exceções constitucionais, os imóveis rurais que não cumprem a função social da propriedade podem ser desapropriados, para fins de reforma agrária, mediante indenização em títulos da dívida agrária.</p> <p>(B) na desapropriação para fins de reforma agrária, a indenização será necessariamente prévia e em dinheiro, se for desapropriado imóvel rural produtivo que cumpre a função social da propriedade.</p> <p>(C) são insuscetíveis de desapropriação os imóveis urbanos que cumprem a função social da propriedade.</p> <p>(D) os imóveis urbanos que não cumprem a função social da propriedade podem ser desapropriados, mediante indenização em dinheiro, a ser paga parceladamente em até 20 anos.</p> <p>(E) os imóveis urbanos ou rurais que não cumprem a função social da propriedade deverão ser desapropriados, sem indenização, se destinados a quaisquer atividades criminosas.</p>	<p>9. Consoante o sistema de controle de constitucionalidade adotado na Constituição brasileira,</p> <p>(A) somente no exercício do controle concentrado de constitucionalidade pode ser examinada a questão da inconstitucionalidade de lei lesiva a um direito fundamental, sendo que a decisão proferida neste controle valerá <i>inter partes</i> ou <i>erga omnes</i> conforme o caso.</p> <p>(B) todos os tribunais podem, por maioria absoluta de votos, afastar a aplicação de uma lei inconstitucional lesiva a um direito fundamental, produzindo sua decisão efeito <i>erga omnes</i>.</p> <p>(C) somente o Supremo Tribunal Federal pode apreciar a questão da inconstitucionalidade de uma lei lesiva a direito fundamental e sua decisão terá sempre efeito <i>erga omnes</i> e vinculante.</p> <p>(D) qualquer lesão a direito fundamental pode provocar o exercício do controle de constitucionalidade difuso ou concentrado, perante qualquer juiz ou tribunal, e a respectiva decisão terá sempre efeito <i>erga omnes</i>.</p> <p>(E) qualquer juiz pode apreciar lesão a direito fundamental violado por lei inconstitucional, em decisão que opera efeito <i>inter partes</i>.</p>
<p>8. Considere as seguintes afirmações sobre as comissões que atuam no âmbito do Poder Legislativo:</p> <p>I. Na composição de todas as comissões, temporárias ou permanentes, deve ser observada, tanto quanto possível, a exigência constitucional de proporcionalidade de representação partidária.</p> <p>II. Se as comissões parlamentares de inquérito concluírem pela culpa ou pelo dolo dos investigados, deverão promover-lhes a responsabilidade civil ou criminal, já que detêm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.</p> <p>III. Às comissões temáticas é vedado deliberar sobre os projetos de lei que examinam, pois a Constituição não admite hipóteses de delegação <i>interna corporis</i>, cabendo sempre ao Plenário a votação dos projetos de lei.</p> <p>IV. É competência das comissões a convocação de Ministro de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições, configurando crime de responsabilidade o não comparecimento sem justificacão adequada.</p> <p>SOMENTE está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>10. Em um processo administrativo no âmbito da Administração Federal, a parte é intimada, por via postal, com aviso de recebimento, para a prática de determinado ato. Todavia, deixa de atender à intimação, razão pela qual a autoridade responsável pelo processo considera ter havido reconhecimento da verdade dos fatos. Desse modo, o processo vem a ser decidido em desfavor da parte. Em face dessa decisão, a parte recorre administrativamente, apresentando argumentos de legalidade e de mérito. Esse recurso é apreciado pela própria autoridade responsável pelo processo, que para tanto recebera delegação de competência de seu superior. Inconformada, antes mesmo da decisão do recurso, a parte propõe medida judicial, que é de plano rejeitada, por não se haver esgotado a via administrativa. Nessa situação, considerando-se a Constituição brasileira e a Lei nº 9.784/99, pode-se afirmar que foi</p> <p>(A) errado proceder-se à intimação por via postal, antes de se tentar a intimação por oficial de justiça.</p> <p>(B) correto considerar-se que o desatendimento da intimação acarreta o reconhecimento da verdade dos fatos.</p> <p>(C) errado a parte recorrer quanto ao mérito da decisão administrativa, devendo o recurso limitar-se a aspectos de legalidade.</p> <p>(D) errado ter havido delegação de competência para a decisão do recurso administrativo.</p> <p>(E) correto ter sido rejeitada a ação judicial, por não se haver anteriormente esgotado a via administrativa.</p>

Instruções para responder às questões de números 11 e 12.

Suponha que tenha sido editada uma lei cujos dois primeiros artigos têm o seguinte teor:

Art. 1º Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso especial, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Art. 2º As terras devolutas, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais, poderão ser alienadas pelos Estados caso reste comprovado que sua preservação estará reforçada por projetos de manejo sustentável, vinculados a empreendimentos econômicos privados.”

Suponha ainda que essa lei tenha sido objeto de ação direta de inconstitucionalidade (ADIn), pois violaria a Constituição sob dois fundamentos: primeiro, por considerar o meio ambiente como bem de uso especial; segundo, pela forma como tratou das terras devolutas.

11. O primeiro fundamento da ADIn deve ser considerado

- (A) procedente, pois o meio ambiente ecologicamente equilibrado é considerado pela Constituição Federal bem de uso comum do povo.
- (B) improcedente, pois o meio ambiente ecologicamente equilibrado é mesmo considerado pela Constituição Federal bem de uso especial, afetado para o fim de preservação.
- (C) procedente, pois o meio ambiente ecologicamente equilibrado não pode ser tratado como espécie de bem público, já que decorre da Constituição Federal a possibilidade de haver propriedade privada sobre áreas de preservação ambiental.
- (D) improcedente, pois o meio ambiente ecologicamente equilibrado é mesmo considerado pela Constituição Federal bem de uso especial, vez que só é acessível à população mediante autorização do Poder Público.
- (E) procedente, pois o meio ambiente ecologicamente equilibrado é considerado pela Constituição Federal bem dominical.

12. O segundo fundamento da ADIn deve ser considerado

- (A) procedente, pois áreas destinadas à proteção dos ecossistemas naturais não podem ser consideradas terras devolutas.
- (B) improcedente, pois, com o advento da Constituição Federal, as terras devolutas passaram a ser consideradas alienáveis.
- (C) procedente, pois as terras devolutas necessárias à proteção dos ecossistemas naturais são indisponíveis.
- (D) improcedente, pois a Constituição Federal prevê simultaneamente, como princípios da ordem econômica, a propriedade privada e a defesa do meio ambiente.
- (E) procedente, pois é inconstitucional qualquer exploração econômica privada de áreas sujeitas à preservação ambiental.

13. João tomou por empréstimo de Pedro a importância de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) e ofereceu, em hipoteca, sua casa de moradia, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), não ficando estabelecido o local do pagamento da dívida que deverá vencer no prazo de um ano. Neste caso, a dívida é

- (A) quesível e a garantia oferecida é fidejussória.
- (B) quesível e a garantia oferecida é real.
- (C) portátil e a garantia oferecida é real.
- (D) portátil e a garantia oferecida é fidejussória.
- (E) portátil, mas a garantia é nula porque a casa de moradia não pode ser oferecida em hipoteca.

14. "Afinal, já não lhe bastava sortir o seu estabelecimento nos armazéns fornecedores; começou a receber alguns gêneros diretamente da Europa: o vinho, por exemplo, que êle dantes comprava aos quintos nas casas de atacado, vinha-lhe agora de Portugal às pipas, e de cada uma fazia três com água e cachaça; e despachava faturas de barris de manteiga, de caixas de conserva, caixões de fósforos, azeite, queijos, louça e muitas outras mercadorias.

Criou armazéns para depósito, aboliu a quitanda e transferiu o dormitório, aproveitando o espaço para ampliar a venda, que dobrou de tamanho e ganhou mais duas portas.

Já não era uma simples taverna, era um bazar em que se encontrava de tudo: objetos de armarinho, ferragens, porcelanas, utensílios de escritório, roupa de riscado para os trabalhadores, fazenda para roupa de mulher, chapéus de palha próprios para o serviço ao sol, perfumarias baratas, pentes de chifre, lenços com versos de amor, e anéis e brincos de metal ordinário.

E toda a gentalha daquelas redondezas ia cair lá, ou então ali ao lado, na casa de pasto, onde os operários das fábricas e os trabalhadores da pedreira se reuniam depois do serviço, e ficavam bebendo e conversando até às dez horas da noite, entre o espesso fumo dos cachimbos, do peixe frito em azeite e dos lampiões de querosene.

Era João Romão quem lhes fornecia tudo, tudo, até dinheiro adiantado, quando algum precisava. Por ali não se encontrava jornaleiro, cujo ordenado não fosse inteirinho parar às mãos do velhaco. E sobre este cobre, quase sempre emprestado aos tostões, cobrava juros de oito por cento ao mês, um pouco mais do que levava aos que garantiam a dívida com penhores de ouro ou prata.

Não obstante, as casinhas do cortiço, à proporção que se atamancavam, enchiam-se logo, sem mesmo dar tempo a que as tintas secassem. Havia grande avidez em alugá-las; aquele era o melhor ponto do bairro para a gente do trabalho. Os empregados da pedreira preferiam todos morar lá, porque ficavam a dois passos da obrigação". (AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. São Paulo: Ática, 2002. p. 24-25)

Considerando-se a legislação hoje vigente seria possível afirmar que João Romão

- (A) não será considerado fornecedor das mercadorias que vende, porque já as adquire de fabricantes e atacadistas.
- (B) sendo homem envolvido em muitos negócios, as locações com ele firmadas serão regidas pelo Código de Defesa do Consumidor.
- (C) não incorre na prática de usura ao cobrar juros acima da taxa permitida aos particulares, porque exerce atividade equiparada à bancária, por sua habitualidade.
- (D) sempre será considerado consumidor nos contratos celebrados com seus fornecedores.
- (E) poderá ser responsabilizado por defeito do produto, em virtude da mistura de vinho, água e cachaça, embora não seja o fabricante, se o produto não oferecer a segurança dele esperada.

<p>15. Em matéria de responsabilidade civil, considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. A absolvição no juízo criminal, por insuficiência de provas, exime o réu da obrigação de indenizar.</p> <p>II. A responsabilidade civil do Estado por atos dos seus agentes, nesta qualidade, é objetiva, mas a dos servidores perante o Estado é subjetiva.</p> <p>III. A responsabilidade civil do empregador e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em acidente de trabalho, é subjetiva.</p> <p>IV. Não se pode mais questionar sobre a existência do fato ou sobre quem seja o seu autor quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.</p> <p>SOMENTE está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>17. Quanto à competência no processo civil,</p> <p>(A) a incompetência absoluta deve ser declarada de ofício somente nas ações de natureza patrimonial.</p> <p>(B) a parte pode arguir a incompetência relativa por meio de exceção, caso em que preclui seu direito de suscitar conflito de competência.</p> <p>(C) a competência relativa e a competência absoluta constituem pressupostos processuais.</p> <p>(D) a ação de alimentos deve ser proposta no foro do domicílio do alimentando, sob pena de nulidade do processo.</p> <p>(E) no procedimento sumário é descabida a prorrogação de competência, por exigir-se maior celeridade processual.</p>
<p>16. "A Hermenêutica Jurídica tem por objeto o estudo e a sistematização dos processos aplicáveis para determinar o sentido e o alcance das expressões do Direito.</p> <p>As leis positivas são formuladas em termos gerais; fixam regras, consolidam princípios, estabelecem normas, em linguagem clara e precisa, porém ampla, sem descer a minúcias. É tarefa primordial do executor a pesquisa da relação entre o texto abstrato e o caso concreto, entre a norma jurídica e o fato social, isto é, aplicar o Direito. Para o conseguir, se faz mister um trabalho preliminar: descobrir e fixar o sentido verdadeiro da regra positiva; e, logo depois, o respectivo alcance, a sua extensão. Em resumo, o executor extrai da norma tudo o que na mesma se contém: é o que se chama interpretar, isto é, determinar o sentido e o alcance das expressões do Direito". (MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do Direito. 9. ed. São Paulo: Forense, 1980. p.1)</p> <p>Considerando o texto apresentado, é correto afirmar que</p> <p>(A) as leis disciplinam apenas os casos concretos, por isso só admitem uma interpretação.</p> <p>(B) hermenêutica e interpretação são palavras sinônimas e significam a busca do exato sentido da lei.</p> <p>(C) a hermenêutica oferece as regras de interpretação e interpretar um texto de lei consiste em buscar-lhe o significado e o alcance.</p> <p>(D) a hermenêutica não se insere na Ciência do Direito, sendo mera manifestação da arte de advogar.</p> <p>(E) o intérprete não deve pesquisar a relação entre o texto legal e o caso concreto, sob pena de violar o princípio da legalidade inserido na Constituição Federal.</p>	<p>18. A ajuizou ação de rito ordinário contra B e C. B foi citado em 06/02/2003 e o mandado judicial juntado aos autos em 10/02/2003. C, por estar em lugar desconhecido, foi citado por edital, com prazo de 20 dias, saindo a primeira publicação no dia 19/03/2003, e a última em 27/03/2003. Diante do exposto,</p> <p>(A) o prazo de contestação é único e peremptório, mas contado a partir do término do prazo da citação editalícia.</p> <p>(B) se os réus constituírem advogados distintos, o prazo para contestar conta-se em quádruplo.</p> <p>(C) se sobrevierem feriados, o prazo para contestar se interromperá.</p> <p>(D) por ser comum, o prazo dos réus é considerado impróprio.</p> <p>(E) não havendo apresentação de defesa por um dos réus, o autor pode desistir da ação, a qualquer momento, sem consentimento deles.</p> <p>19. Em se tratando de recursos, pelo regime do Código de Processo Civil,</p> <p>(A) a apelação recebida apenas no efeito devolutivo autoriza o credor a promover a execução provisória da sentença, somente se houver prestação de caução quando da extração da carta de sentença.</p> <p>(B) contra a decisão proferida em audiência preliminar, que resolve questões processuais (CPC, art. 331), é cabível somente agravo retido.</p> <p>(C) se o juiz proferir sentença sem julgamento do mérito, o tribunal, na apelação, pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.</p> <p>(D) nos embargos de declaração manifestamente protelatórios, o tribunal só pode aplicar multa ao recorrente se houver pedido da parte recorrida.</p> <p>(E) o pedido de reconsideração contra decisão interlocutória deverá ser aceito como recurso, se for formulado no prazo do agravo de instrumento.</p>

<p>20. Determinada publicidade divulga, por televisão, produtos para emagrecimento, sem a devida informação sobre a sua qualidade, quantidade e propriedade de seus componentes, nem sobre os possíveis riscos para a saúde das pessoas.</p> <p>Neste caso, para evitar danos ao consumidor,</p> <p>(A) é cabível ação coletiva, mas não se admite antecipação de tutela, por se tratar de provimento irreversível.</p> <p>(B) é cabível ação coletiva proposta por associação de classe, desde que esta tenha sede no Município da emissora de televisão.</p> <p>(C) somente o Ministério Público tem legitimidade para uma ação coletiva, por se tratar de direitos individuais homogêneos.</p> <p>(D) em sendo proposta ação coletiva, eventual sentença de improcedência impede o ajuizamento de ações individuais.</p> <p>(E) é cabível ação coletiva, visando à suspensão da publicidade em todo território nacional.</p>	<p>23. No Direito do Trabalho, relativamente aos créditos de determinado empregado que houver trabalhado para uma empresa componente de grupo de empresas,</p> <p>(A) há responsabilidade subsidiária entre todas as empresas componentes deste grupo econômico.</p> <p>(B) há responsabilidade solidária somente em relação às empresas componentes deste grupo econômico para as quais se destinava diretamente o trabalho do empregado.</p> <p>(C) há responsabilidade solidária entre todas as empresas componentes deste grupo econômico.</p> <p>(D) há responsabilidade subsidiária somente em relação às empresas componentes deste grupo econômico para as quais se destinava o trabalho do empregado.</p> <p>(E) não há responsabilidade solidária nem subsidiária, salvo em relação às empresas para as quais se destinava diretamente o trabalho do empregado.</p>
<p>21. Segundo a Constituição brasileira, no sistema tributário nacional</p> <p>(A) os tributos, tarifas e multas devem observar o princípio da anualidade.</p> <p>(B) as taxas e as contribuições de melhoria estão sujeitas ao princípio da legalidade.</p> <p>(C) os impostos extraordinários estão sujeitos ao princípio da anualidade, mas não ao da legalidade.</p> <p>(D) as contribuições sociais não estão sujeitas aos princípios da legalidade e da anualidade.</p> <p>(E) as isenções de tributos federais, estaduais e municipais não se sujeitam aos princípios da legalidade e da anterioridade.</p>	<p>24. O empregado dirigente sindical que não comete falta grave tem estabilidade desde</p> <p>(A) o registro de sua candidatura e, se eleito, até um ano após o término de seu mandato.</p> <p>(B) o registro de sua candidatura e, se eleito, até trinta dias após o término de seu mandato.</p> <p>(C) sua posse, se eleito, e até um ano após o término de seu mandato.</p> <p>(D) sua posse, se eleito, e até trinta dias após o término de seu mandato.</p> <p>(E) o registro de sua candidatura ou de sua posse e até trinta dias ou um ano após o término do mandato, de acordo com o que for ajustado expressamente em negociação coletiva da categoria.</p>
<p>22. Existe imunidade tributária</p> <p>(A) nas doações de bens móveis.</p> <p>(B) quando a lei concede anistia fiscal.</p> <p>(C) na venda de mercadorias produzidas em um Estado para estabelecimento situado em outro Estado.</p> <p>(D) na proibição de instituir impostos sobre o patrimônio das entidades sindicais dos trabalhadores.</p> <p>(E) quando a lei concede isenção sobre o rendimento do trabalho assalariado.</p>	<p>25. Em Direito Processual do Trabalho,</p> <p>(A) a sentença passada em julgado ou da qual não tenha havido recurso com efeito suspensivo e o acordo, quando não cumprido, são títulos executivos trabalhistas, não se reconhecendo título executivo extrajudicial no processo do trabalho.</p> <p>(B) a sentença, o acordo judicial, o termo de ajuste de conduta firmado perante o Ministério Público do Trabalho e o termo de conciliação firmado perante as Comissões de Conciliação Prévia constituem títulos executivos judiciais trabalhistas.</p> <p>(C) a sentença, o acordo judicial, o termo de ajuste de conduta firmado perante o Ministério Público do Trabalho e o termo de conciliação firmado perante as Comissões de Conciliação Prévia constituem títulos executivos extrajudiciais trabalhistas.</p> <p>(D) todos os títulos executivos judiciais e extrajudiciais previstos no Código de Processo Civil, desde que decorrentes de contrato de trabalho, são títulos executivos no processo do trabalho.</p> <p>(E) os títulos executivos judiciais são a sentença e o acordo judicial; e os títulos executivos extrajudiciais são o termo de ajuste de conduta firmado perante o Ministério Público do Trabalho e o termo de conciliação firmado perante as Comissões de Conciliação Prévia.</p>

26. Em Direito Processual do Trabalho, não havendo norma expressa,

- (A) o direito processual comum e a lei que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública (Lei nº 6.830/80) serão utilizados sem prevalência de qualquer um deles, independentemente da fase processual.
- (B) a lei que dispõe sobre cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública (Lei nº 6.830/80) será fonte subsidiária na fase de conhecimento e o direito processual comum será fonte subsidiária na fase de execução.
- (C) o direito processual comum será fonte subsidiária obrigatória tanto na fase de conhecimento quanto na fase de execução.
- (D) a lei que dispõe sobre cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública (Lei nº 6.830/80) será fonte subsidiária obrigatória tanto na fase de conhecimento quanto na fase de execução.
- (E) o direito processual comum será fonte subsidiária na fase de conhecimento e a lei que dispõe sobre cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública (Lei nº 6.830/80) será fonte subsidiária na fase de execução.

27. Considere as proposições abaixo à luz da Lei nº 8.072, de 25/07/1990, Lei dos Crimes Hediondos e Assemelhados, e da Lei nº 9.034, de 03/05/1995, que dispõe sobre a repressão de ações praticadas por organizações criminosas.

- I. Não será concedida liberdade provisória ao agente acusado de cometer crime decorrente de organização criminosa, independentemente da intensidade de sua participação na organização.
- II. O juiz pode admitir a apelação em liberdade de condenado por crime hediondo.
- III. Podem apelar em liberdade os condenados por crimes definidos na lei que regula as atividades praticadas por organizações criminosas.
- IV. A progressão de regime não será admitida a condenados por crimes hediondos, mas poderá ser aceita para condenados por crimes decorrentes de organizações criminosas.

SOMENTE está correto o que se afirma em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

28. No ordenamento brasileiro, constitui resquício do sistema de julgamento por convicção íntima o julgamento

- (A) nos casos de competência originária dos tribunais.
- (B) pela Justiça Militar.
- (C) pelo Tribunal do Júri.
- (D) de crimes de imprensa.
- (E) de crimes contra a segurança nacional.

29. “Se se proibem aos cidadãos uma porção de atos indiferentes, não tendo tais atos nada de nocivo, não se previnem os crimes: ao contrário, faz-se que surjam novos, porque se mudam arbitrariamente as idéias ordinárias de vício e virtude, que todavia se proclamam eternas e imutáveis.

Além disso, a que ficaria o homem reduzido, se fosse preciso interdizer-lhe tudo o que pode ser para ele uma ocasião de praticar o mal? Seria preciso começar por tirar-lhe o uso dos sentidos.

Para um motivo que leva os homens a cometer um crime, há mil outros que os levam a ações indiferentes, que só são delitos perante as más leis. Ora, quanto mais se estender a esfera dos crimes, tanto mais se fará que sejam cometidos, porque se verão os delitos multiplicarem-se à medida que os motivos de delitos especificados pelas leis forem mais numerosos, sobretudo se a maioria dessas leis não passarem de privilégios, isto é, de um pequeno número de senhores” (BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Tecnoprint, p. 194).

O texto acima

- (A) confirma o princípio da intervenção mínima em matéria penal, que orienta e limita o poder incriminador do Estado, preconizando que a criminalização de uma conduta só se legitima se constituir meio necessário para a proteção de determinado bem jurídico.
- (B) contraria o princípio da fragmentariedade, segundo o qual não se destina o direito penal a tutelar todo e qualquer bem jurídico, nem toda ação ou omissão que venha a lesá-lo.
- (C) confirma o conteúdo expansivo do controle social penal, razão primeira do sistema punitivo estatal.
- (D) contraria o princípio da subsidiariedade, que põe em destaque o fato de não ser o direito penal o único instrumento de controle social formal dotado de recursos coativos.
- (E) contraria o princípio da ofensividade, que afirma não ser legítima a intervenção penal se o comportamento humano não estiver revestido de lesividade.

<p>30. De acordo com o princípio da culpabilidade, a responsabilidade penal</p> <p>(A) não depende de o agente ter atuado sob condições psíquicas, pessoais e situacionais que lhe permitissem conhecer o caráter ilícito do fato.</p> <p>(B) é subjetiva, isto é, somente poderá responder pelo fato aquele que quis praticá-lo ou deixou de observar um dever de cuidado.</p> <p>(C) é pessoal, podendo o agente responder tanto por fatos próprios como de outrem.</p> <p>(D) é objetiva, fundando-se no mero nexó de causalidade material.</p> <p>(E) pode decorrer de fatos alheios ou acontecimentos naturais.</p>	<p><u>Instruções:</u> As questões de números 34 a 40 contêm duas afirmações. Assinale, na folha de respostas,</p> <p>(A) se as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.</p> <p>(B) se as duas são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.</p> <p>(C) se a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.</p> <p>(D) se a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.</p> <p>(E) se as duas são falsas.</p> <p>34. O princípio do devido processo legal, em seu sentido formal, é de observância obrigatória nos processos administrativos disciplinares</p> <p>PORQUE</p> <p>ao processo administrativo disciplinar se aplica, subsidiariamente, a legislação processual penal.</p>
<p>31. Aquele que, sem praticar ato executório, concorre, de qualquer modo, para a realização do crime, por ele responderá na condição de</p> <p>(A) autor mediato.</p> <p>(B) autor.</p> <p>(C) co-autor.</p> <p>(D) co-autor moral.</p> <p>(E) partícipe.</p>	<p>35. O acordo coletivo de trabalho pode regular determinada relação entre empregado e empregador de forma diversa do que dispõe a convenção coletiva de trabalho da respectiva categoria</p> <p>PORQUE</p> <p>o sindicato na condição de representante da categoria profissional não se submete aos limites mínimos estabelecidos na convenção coletiva de trabalho.</p> <p>36. A omissão de motivação em um ato administrativo que, por exigência legal, deva ser motivado, caracteriza o vício definido no Direito brasileiro como "inexistência dos motivos"</p> <p>PORQUE</p> <p>a "inexistência dos motivos" se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.</p>
<p>32. A sociedade anônima será considerada "aberta" se</p> <p>(A) não tiver restrições estatutárias ao ingresso de novos acionistas.</p> <p>(B) suas ações forem negociadas em bolsa de valores.</p> <p>(C) seus estatutos garantirem dividendos mínimos obrigatórios aos preferencialistas.</p> <p>(D) seus atos constitutivos estiverem devidamente arquivados na Junta Comercial local.</p> <p>(E) investir no mínimo 40% de seus ativos em mercado de capitais.</p>	<p>37. José, que mantém união estável com Maria, não poderá, por testamento, deixar para esta todos os seus bens, se no momento do óbito, José tiver pais vivos,</p> <p>PORQUE</p> <p>o testador que possui qualquer herdeiro legítimo não pode dispor da totalidade de seus bens.</p> <p>38. O pensamento marxista é típico da filosofia idealista transcendental,</p> <p>PORQUE</p> <p>o marxismo contribuiu decisivamente para a organização dos trabalhadores e para a mobilização internacional dos sindicatos.</p>
<p>33. Com o objetivo de auxiliar no orçamento doméstico, José passa a adquirir regularmente salgados produzidos por sua vizinha para revendê-los, com a ajuda de um auxiliar, a fim de obter um pequeno lucro. Tendo em vista essa atividade é certo afirmar que José</p> <p>(A) estará sujeito à decretação de sua falência.</p> <p>(B) não estará sujeito à decretação de falência porque se trata de pessoa natural.</p> <p>(C) estará sujeito à intervenção extrajudicial.</p> <p>(D) estará sujeito à liquidação extrajudicial.</p> <p>(E) nunca será considerado insolvente porque se trata de pessoa natural.</p>	<p>39. A reparação do dano, antes do recebimento da denúncia, pelo autor de crime sem violência ou grave ameaça à pessoa, deve ser considerada na segunda fase do cálculo da pena</p> <p>PORQUE</p> <p>o arrependimento posterior constitui circunstância atenuante.</p> <p>40. Numa sociedade cooperativa, é idêntico o poder de voto de cada cooperado nas deliberações sociais, independentemente do montante de capital social que tenha subscrito</p> <p>PORQUE</p> <p>as sociedades cooperativas estão sujeitas ao princípio da gestão democrática em função do voto singular, segundo o qual a cada sócio caberá sempre somente um voto.</p>

IMPRESSÕES SOBRE A PROVA

As questões abaixo visam a levantar sua opinião sobre a qualidade e a adequação da prova que você acabou de realizar e também sobre o seu desempenho na prova.

Assinale as alternativas correspondentes à sua opinião e à razão que explica o seu desempenho nos espaços próprios (parte inferior) da Folha de Respostas.

Agradecemos sua colaboração.

41. Qual o ano de conclusão deste seu curso de graduação?

- (A) 2003.
- (B) 2002.
- (C) 2001.
- (D) 2000.
- (E) Outro.

42. Qual o grau de dificuldade desta prova?

- (A) Muito fácil.
- (B) Fácil.
- (C) Médio.
- (D) Difícil.
- (E) Muito Difícil.

43. Quanto à extensão, como você considera a prova?

- (A) Muito longa.
- (B) Longa.
- (C) Adequada.
- (D) Curta.
- (E) Muito curta.

44. Para você, como foi o tempo destinado à resolução da prova?

- (A) Excessivo.
- (B) Pouco mais que suficiente.
- (C) Suficiente.
- (D) Quase suficiente.
- (E) Insuficiente.

45. A que horas você concluiu a prova?

- (A) Antes das 14h30min.
- (B) Aproximadamente às 14h30min.
- (C) Entre 14h30min e 15h30min.
- (D) Entre 15h30min e 16h30min.
- (E) Entre 16h30min e 17h.

46. As questões da prova apresentam enunciados claros e objetivos?

- (A) Sim, todas apresentam.
- (B) Sim, a maioria apresenta.
- (C) Sim, mas apenas cerca de metade apresenta.
- (D) Não, poucas apresentam.
- (E) Não, nenhuma apresenta.

47. Como você considera as informações fornecidas em cada questão para a sua resolução?

- (A) Sempre excessivas.
- (B) Sempre suficientes.
- (C) Suficientes na maioria das vezes.
- (D) Suficientes somente em alguns casos.
- (E) Sempre insuficientes.

48. Com que tipo de problema você se deparou *mais freqüentemente* ao responder a esta prova?

- (A) Desconhecimento do conteúdo.
- (B) Forma de abordagem do conteúdo diferente daquela a que estou habituado.
- (C) Falta de motivação para fazer a prova.
- (D) Espaço insuficiente para responder às questões.
- (E) Não tive qualquer tipo de dificuldade para responder à prova.

49. Como você explicaria o seu desempenho nas questões objetivas da prova?

- (A) Não estudei durante o curso a maioria desses conteúdos.
- (B) Estudei somente alguns desses conteúdos durante o curso, mas não os aprendi bem.
- (C) Estudei a maioria desses conteúdos há muito tempo e já os esqueci.
- (D) Estudei muitos desses conteúdos durante o curso, mas nem todos aprendi bem.
- (E) Estudei e conheço bem todos esses conteúdos.

Como você explicaria o seu desempenho em cada questão discursiva da prova?

	1ª Parte		2ª Parte				
	Q1	Q2	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5
Números das questões da prova							
Números dos campos correspondentes na FOLHA DE RESPOSTAS	50	51	52	53	54	55	56
O conteúdo ...							
(A) não foi ensinado; nunca o estudei.							
(B) não foi ensinado; mas o estudei por conta própria.							
(C) foi ensinado de forma inadequada ou superficial.							
(D) foi ensinado há muito tempo e não me lembro mais.							
(E) foi ensinado com profundidade adequada e suficiente.							